



SEGUNDO ENCONTRO EUROPEU DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA

Também nós participamos na Europa!

Uma conferência da Presidência Grega da UE

Bruxelas, 10 e 11 de Maio de 2003

Com o apoio da

Comissão Europeia

Departamento de Luta contra a Pobreza, Serviço Público de Segurança Social (Bélgica)

Com a colaboração da

European Anti-Poverty Network (EAPN)

Este relatório-síntese está disponível em: italiano, espanhol, alemão, português, finlandês, dinamarquês e sueco. O relatório integral está disponível em inglês, francês, neerlandês e grego.

EAPN

Rue du Congrès 37-41

B-1000 BRUXELAS

Telefone: 00 32 2 230 44 55

Fax: 00 32 2 230 97 33

team@eapn.skynet.be

www.eapn.org

AGRADECIMENTOS:

Relatora: Micheline Gerondal

Fotografias: Mathias Horemans

IMPRESSÃO E COMPOSIÇÃO

S.P.E.

Telefone 00 32 2 512 87 00

Fax 00 32 2 514 34 23

spe@skypro.be

ISBN 2-930252-30-8

Prefácio da Presidência Grega

A Presidência Grega apoiou activa e directamente a iniciativa belga do Ministro Johan Vande Lanotte de organizar o Segundo Encontro Europeu das Pessoas em Situação de Pobreza, que vem complementar as medidas europeias contra a pobreza. Sem dúvida, a participação das pessoas em situação de pobreza tem de ser melhorada através dos diferentes canais propostos no Tratado de Nice.

Numa Europa considerada rica, 15% da população (56 milhões de pessoas) vivem ainda em situação de pobreza e cerca de 9% dos Europeus vivem permanentemente “a um passo” da exclusão social. E estes números não têm em conta muitas pessoas que vivem na pobreza! Assim e apesar dos progressos já conseguidos, há ainda muito a fazer.

Se alguns dos objectivos do Tratado de Nice parecem utópicos, chegou a hora de aumentar o humanitarismo, que é a base do nosso modelo europeu. Isto poderá tornar-se possível através da coordenação das políticas sociais europeias, integrando-as com as políticas económicas. As políticas sociais não são um luxo, mas um factor de desenvolvimento económico. A participação no emprego é também um canal para a participação social. Todavia, visar exclusivamente o lucro, pondo de lado as medidas sociais de protecção do trabalho é inaceitável. Hoje, 75% das pessoas que vivem na pobreza são mulheres: por conseguinte, é necessário promover políticas de igualdade do género e lutar contra todas as formas de segregação e a favor do acesso aos direitos individuais.

Actualmente, há novos instrumentos disponíveis - aos indicadores quantitativos foram recentemente acrescentados indicadores qualitativos. Insistimos na necessidade de elaborar o novo Plano Nacional de Acção para o Emprego com a participação de todos os actores envolvidos.

A Grécia criou recentemente um Comité Nacional para o qual serão convidadas pessoas em situação de pobreza. A nível europeu, a Convenção terá de incluir a luta contra a pobreza no seu agenda de trabalho.

Todas as pessoas envolvidas têm um papel a desempenhar se quisermos evitar tratados vazios de conteúdo. A Presidência Grega fará chegar os resultados mais importantes deste encontro ao próximo Conselho de Ministros dos Assuntos Sociais, a realizar em Junho.

Lutar contra a pobreza em colaboração com as pessoas em situação de pobreza é uma garantia de democracia.

DIMITRIOS REPPAS

Ministro do Emprego e Assuntos Sociais

Índice

Prefácio da Presidência Grega	3
<hr/>	
Índice	4
<hr/>	
I. Introdução	5
<hr/>	
Contexto	5
Síntese do Segundo Encontro	5
<hr/>	
II. Declarações dos grupos de trabalho	7
<hr/>	
Grupo de trabalho 1	7
Grupo de trabalho 2	7
Grupo de trabalho 3	8
Grupo de trabalho 4	9
Grupo de trabalho 5	10
<hr/>	
III. Prosseguir o debate sobre a participação	12
<hr/>	
Participação – elementos enunciados nos grupos de trabalho	12
<hr/>	
Anexo	
Mensagem da Presidência Grega ao Conselho de Ministros, Junho de 2003	16
<hr/>	
Anexo II – Lista dos participantes	17
<hr/>	

I. INTRODUÇÃO

Contexto

O Conselho Europeu de Lisboa, em Março de 2000, acordou criar uma estratégia comunitária que tivesse impacto decisivo na erradicação da pobreza nos países da União Europeia até ao ano 2010. O Conselho Europeu de Nice (7 a 9 de Dezembro de 2000) adoptou objectivos comuns para esta estratégia. Um dos objectivos acordados consistiu em mobilizar todos os agentes – incluindo as pessoas que vivem situações de pobreza – para se envolverem no delineamento da referida estratégia. O Primeiro Encontro Europeu das Pessoas em Situação de Pobreza, realizado a 1 e 2 de Dezembro de 2001, visava dar uma contribuição a este objectivo. O encontro foi organizado pela Presidência Belga da UE, por iniciativa do Vice-Primeiro-Ministro belga e do Ministro do Orçamento, Integração e da Economia Social, Johan Vande Lanotte.

O primeiro encontro confirmou a importância da participação de pessoas em situação de pobreza

durante todo o processo, demonstrando que esta participação melhora os níveis de decisão e o processo de implementação. Na conclusão do encontro e em resposta aos insistentes pedidos de todos os participantes, o ministro Vande Lanotte comprometeu-se a apoiar um segundo encontro europeu e a obter o apoio das Instituições Europeias para esse evento.

A Presidência Grega da União Europeia respondeu a esta solicitação e incluiu este Segundo Encontro Europeu das Pessoas em Situação de Pobreza no programa da sua Presidência. Ao participar neste segundo encontro, todas as pessoas envolvidas tinham a ambição de fazer deste evento uma contribuição regular para a estratégia da UE na luta contra a pobreza e a exclusão, que pudesse vir complementar os demais esforços envidados pelos agentes envolvidos, no sentido de corresponder ao ambicioso objectivo definido em Lisboa.

Síntese do Segundo Encontro

O Segundo Encontro Europeu das Pessoas em Situação de Pobreza teve lugar em Bruxelas, em 10 e 11 de Maio de 2003, sob a Presidência Grega da UE, com o apoio da Comissão Europeia e do ministro belga da Integração Social. O encontro tinha por objectivo celebrar e reforçar a contribuição das pessoas em situação de pobreza e de exclusão na sociedade e aumentar o impacto da sua “voz” ao nível da legislação, das políticas e acordos administrativos que têm consequências no dia-a-dia de cada um.

Objectivos do Segundo Encontro:

- Desenvolver um espaço de aprendizagem criativa e de reflexão onde os participantes pudessem partilhar as suas experiências de participação e de envolvimento na sociedade.
- Desenvolver contributos baseados na experiência dos participantes em matéria de “melhores práticas” ligadas à promoção do envolvimento das pessoas em situação de pobreza e exclusão.
- Aumentar a capacidade dos participantes em contribuir para o trabalho das ONG que lutam contra a pobreza e exclusão e de se empenharem juntamente com autoridades públicas e outros actores.

- Incentivar o compromisso de Instituições Europeias chave a envolverem as pessoas em situação de pobreza e exclusão, e as organizações em que participam, na elaboração e implementação das políticas, em todos os níveis e aspectos das suas vidas.

O encontro contou com 120 participantes dos Estados-Membros da UE, além de delegações da Polónia, Hungria, Bulgária e Letónia. Os participantes eram pessoas que se encontram, ou já se encontraram, em situação de pobreza. Participaram também alguns trabalhadores sociais e/ou comunitários.

O principal desafio do encontro foi passar da fase das responsabilidades pessoais e do intercâmbio de experiências no sentido de tentar analisar os modelos participativos (actualmente conhecidos como “boas práticas”), para estratégias efectivas, a fim de assegurar a participação de pessoas em situação de pobreza a todos os níveis.

II. DECLARAÇÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO

As declarações que se seguem foram elaboradas pelos participantes nos grupos de trabalho e apresentadas na sessão plenária final da conferência.

Grupo de trabalho 1

Este grupo de trabalho teve como base de discussão os depoimentos individuais sobre diferentes modelos participativos e abordou as condições necessárias à participação efectiva das pessoas em situação de pobreza.

Isto fez-nos recordar o que tinha sido dito no primeiro encontro em 2001, e de como é importante o uso desta metodologia para conquistar a confiança entre as pessoas que participam pela primeira vez neste tipo de encontros.

Mas o grupo também reflectiu sobre a necessidade de redefinir as condições para uma participação adequada e concluiu que ainda não se conseguiram reunir todas as condições, incluindo a mais importante: a de ser ouvido. No entanto, o grupo chamou a atenção para o facto de um certo

número de países já ter legislado sobre a participação, tornando-a obrigatória, nomeadamente através de comités de utilizadores.

O grupo vê nisto um desenvolvimento positivo, mas em vez de forçar as autoridades a ouvirem as pessoas, gostariam de as persuadir que a participação é importante e necessária. As autoridades precisam das pessoas para gerir as medidas políticas e as populações podem oferecer-lhe as experiências de vida e o impacto que as medidas tomadas têm no quotidiano.

“Ouvirem-nos”, e a quem quer que esteja em dificuldade, é essencial antes de se poder falar de uma verdadeira democracia.

Grupo de trabalho 2

Participação

Satisfazer as necessidades básicas das pessoas em situação de pobreza é uma condição prévia a qualquer participação.

A participação é um direito, não um favor.

O processo participativo deve incluir o seguinte:

1.1. Respeito pelas pessoas envolvidas no que diz respeito:

- Às suas experiências de vida, ao seu “ser”
- Ao seu ritmo e o seu nível
- Aos seus métodos de comunicação, à sua linguagem
- À sua vida: as pessoas em situação de pobreza lutam em duas frentes:
 - A luta diária pela sobrevivência
 - As atitudes/comportamentos face a pobreza

1.2. Dignidade

1.3. Meios:

- Rendimentos decentes para viver
- Trabalhar com boas intenções em associações de voluntários

1.4. Trabalho em rede

- Na comunidade onde vivem
- No sector de pobreza onde estão envolvidos
- No seu país
- Na Europa

1.5. Gestão política com pessoas em situação de pobreza

- O envolvimento no processo participativo deve fazer-se desde o início.

* As pessoas em situação de pobreza devem estar envolvidas e terem a possibilidade de seleccionar as questões, métodos, processos de tomada de decisão e de avaliação, bem como a acção a executar;

* O conteúdo da participação deve ser aquele que mais se identifique com as pessoas em situação de pobreza e constar como ponto central na tomada de decisão;

- As pessoas em situação de pobreza são realistas: não pedem a lua, mas não deixarão que lhes passem um atestado de inferioridade.

1.6. A participação tem de começar na comunidade, não partir apenas das autoridades políticas.

- Conseguir aliados através da sensibilização formando uma base de confiança
- A vida colectiva é feita de escolhas livres.

1.7. A participação é uma responsabilidade comum e um compromisso mútuo.

- Os decisores políticos devem estar envolvidos desde o princípio até ao fim.
- O processo participativo não é negociável e deve conduzir à criação de mecanismos automáticos de capacitação.

1.8. A participação processa-se através de um mecanismo de tipo “pingue-pongue”:

- Decidindo quais as questões a abordar
- Discutindo-as
- Redigindo propostas
- Discutindo-as com as autoridades
- Aplicando as medidas tomadas na prática
- Analisando os resultados
- Avaliando

Grupo de trabalho 3

Factores capacitantes de participação

Nível de decisão política

- Os decisores políticos devem ouvir activamente as pessoas em situação de pobreza.
- A participação deve ser apoiada:
 - * Com reuniões (suficientemente) frequentes
 - * Com recursos tecnológicos (Internet)
- Deve ser facilitado o acesso directo a subsídios comunitários a todas as pequenas organizações e reduzido o número de intermediários e organismos administrativos.
- A informação entre o nível europeu e as pequenas associações deve passar a ser muito mais fluida e transparente.
- A participação deve ser garantida a longo prazo para assegurar o seu acompanhamento e continuidade.
- Deve ser criado um observatório europeu permanente, capaz de combinar investigação e acção e que possa coordenar as actividades.

Indivíduos e organizações

- As pessoas em situação de pobreza devem estar mais envolvidas no processo participativo, evi-

tando assim a sobre-representação dos trabalhadores sociais.

- A participação deve incluir o aspecto financeiro (orçamento participativo). Exemplos deste esquema já estão em marcha.
- As organizações devem prestar muita atenção ao que dizem e como o dizem. Devem igualmente poder actuar na altura certa, isto é, na fase de atribuição dos recursos.
- É essencial a cooperação entre organizações, pessoas em situação de pobreza, funcionários, órgãos de informação, etc.
- Os decisores políticos devem receber bons exemplos de participação.
- A participação exige uma linguagem simples.
- Deve haver mais fóruns como este. Entre outras coisas, as suas reacções são muito úteis na avaliação dos progressos alcançados.

“Este encontro não se deve limitar a um bom relatório” – ESPANHA

“Não se consegue dizer nada num papel” – PAÍSES BAIXOS

“A participação é a base da democracia. A que níveis? A todos os níveis: sem ela, nada mudará realmente” – ALEMANHA

Grupo de trabalho 4

1. Composição e funcionamento do grupo

O grupo distingue-se pelos contextos amplamente diversos em que os participantes costumam trabalhar – a participação – mas também por muitos pontos em comum. O grupo é composto por pessoas que frequentam presentemente acções de formação, pessoas que vivem em abrigos, pessoas ex-sem-abrigo agora activas no sector, para além de alguns trabalhadores sociais que só conhecem a pobreza do exterior. Não obstante as diversas experiências de vida e o tempo de preparação que todos acharam demasiado curto, todos os participantes se empenharam na discussão e o êxito do grupo passou pelos progressos realizados num diálogo construtivo e coerente. Apesar das contrariedades que tiveram, os participantes não estão amargurados com a sociedade nem a rejeitam. Pelo contrário, têm um desejo muito forte de serem parte dela.

2. Questões essenciais abordadas

Devido ao elevado número de pessoas que são ou foram sem-abrigo, as discussões incidiram diversas vezes nos problemas de alojamento e habitação. Mas também foram abordadas outras questões, nomeadamente o emprego, a formação, a integração na sociedade e no trabalho e o isolamento.

3. Modelos para desenvolver a participação

Foram identificados quatro níveis de participação, cada um referindo-se às diferentes formas de participação:

- Participação (inter-)pessoal (trabalho social desenvolvido pelas pessoas que viveram o problema)
- Participação numa organização (auto-gerindo parcialmente uma estalagem, por exemplo),

- Participação inter-organizacional (trabalho em rede), e
- Participação política (participação na elaboração e nas decisões políticas).

Em todos os níveis de participação encontram-se os mesmos tipos de obstáculos. Do intercâmbio de perspectivas, emergiram claramente várias condições prévias a uma participação eficaz e eficiente:

- As pessoas em situação de pobreza devem ser ouvidas e tomadas a sério;
- As suas competências devem ser valorizadas;
- Devem ser-lhes dados os meios de participar, nomeadamente formação;
- As pessoas em situação de pobreza devem ser envolvidas a todos os níveis da hierarquia;
- As pessoas que com elas lidam devem também fazer um esforço, como parte do processo de mudança.

4. Conclusões

Todas as pessoas fazem o possível, dentro do seu próprio contexto, para melhorar as coisas. As que já se empenharam em contactos com as autoridades dão esperança às restantes e provam com isso que é possível chegar a um diálogo participativo e obter resultados. O facto da participação funcionar melhor nalguns países do que noutros mostra a importância do intercâmbio de experiências e de (boas) práticas.

Os Planos Nacionais de Acção para a Inclusão poderiam constituir uma excelente oportunidade para se generalizar a prática da participação das pessoas desfavorecidas na UE, quando se procuram soluções para o que as afecta, desde que vejam a participação como um princípio essencial.

Grupo de trabalho 5

1. Participação

Os decisores políticos só podem conseguir a participação das pessoas em situação de pobreza quando os interessados virem as suas necessidades básicas satisfeitas. Como se poderá pedir a participação de alguém que passa fome, que está doente ou que vive na rua?

A participação exige:

- Que se parta de pequenos grupos organizados, coerentes e voluntários que tenham os seus objectivos e pontos de vista claramente definidos.
- Meios para uma participação adequada: parceiros, formar uma rede em termos de conhecimentos (difundir/divulgar o que sabemos), pessoas de contacto ou grupos e, finalmente, formas de apoio financeiro facilmente acessíveis a pequenos organismos.
- A compreensão do sistema, isto é, entender os contextos políticos e institucionais que constituem a base essencial do desenvolvimento da participação.
- Formalização (legislação, regulamentos, locais de reuniões), que também actua como base.

Todas estas bases de conhecimento podem criar um destaque público e os media são um meio importante para o divulgar. As pessoas em situação de pobreza devem decidir qual a imagem que querem dar delas mesmas.

A participação é um longo processo constituído passo a passo.

Mas, quando confrontadas com escolhas difíceis, o receio manifesta-se facilmente.

Como o vencer?

Principalmente, fazer o que aqui se propõe.

Planos Nacionais de Acção para a inclusão: São propostos 7 princípios capacitantes para facilitar o seu desenvolvimento:

1. Acesso

Os planos devem aplicar-se aos níveis nacional, regional e local nos actuais e futuros países da UE.

2. Comunicação

Os planos devem incluir a obrigação de todos os Estados-Membros os divulgarem e informarem os agentes da sociedade civil envolvidos.

3. Prevenção

A prevenção deve ser desenvolvida como uma política transversal a todas as componentes, em vez de se limitar a abordar as questões separadamente.

4. Execução

Deve haver mais recursos para a execução dos PNAI.

5. Harmonização

Deve haver mais empenhamento e compromisso na harmonização das políticas sociais.

6. Avaliação

É essencial dispor de uma avaliação mais pormenorizada dos PNAIs, com indicadores claros que os relacionem com os PNAIs anteriores e critérios específicos para as medidas tomadas para se evitar uma abordagem fracturada.

7. Empregabilidade

Há uma grande variedade de oportunidades de emprego nos Estados-Membros. Nas regiões onde rareiam as oportunidades de emprego, devem ser tomadas medidas para reforçar o sector cooperativo, mútuo e sem fins lucrativos.

III. Prosseguir o debate sobre a participação

Participação – elementos enunciados pelos grupos de trabalho

Os participantes identificaram factores capacitantes e desfavoráveis à participação que operam em três “esferas”: (1) Grupos e associações, (2) Autoridades e decisores políticos e (3) Sociedade e os potenciais aliados que isso proporciona.

1. Factores capacitantes do processo participativo

1.1 Grupos e associações

a) Existência como grupo

- A primeira condição para a criação de um grupo é a possibilidade de se reunirem livre e facilmente.
- O grupo deve ter “existência”, isto é, os seus membros constituintes devem ter uma agenda partilhada e/ou valores para criar a identidade do “nós”.
- As pessoas em situação de pobreza, envolvidas ou associadas ao grupo, devem permanecer nele durante um período suficientemente longo para poderem “crescer” no seu seio.
- A renovação dos membros do grupo não pode exceder uma certa percentagem, dentro de limites de tempo específicos, sem pôr em risco a própria existência do grupo.
- A agenda e os valores partilhados criam um sentimento de pertença ao grupo, uma sensação de fazer parte e de ser membro desse grupo.
- O grupo deve ser visível, reconhecido pelos outros como uma entidade específica.

b) Reforço do grupo e seus constituintes

- O grupo deve (pelo menos) desenvolver um projecto comum, uma razão de ser e de agir em conjunto com base numa agenda e valores comuns.
- Deve basear-se nos factores que motivam cada um dos seus membros individualmente a agir – por exemplo, a determinação em quebrar o ciclo de experiências de vida, interrompendo os processos de que foram vítimas.

- No interior do grupo, a tónica deve incidir na recuperação da auto-confiança e na confiança nos outros.
 - O grupo deve fomentar a sua coesão interna, por exemplo, redigindo as suas próprias regras e adoptando métodos de trabalho aceites por todos. As diferenças e conflitos que se manifestam em todas as associações devem ser abertamente reconhecidos e debatidos até as divisões serem sanadas.
 - Um marco muito importante será a transição do estatuto de cliente ou de utilizador para o de membro, então representante do grupo.
 - Deve haver no grupo respeito pelo indivíduo e pelo seu próprio ritmo.
 - O grupo deve concentrar-se no desenvolvimento e reforço da sua solidariedade interna acima e para além de eventuais diferenças que possam existir entre os seus membros, com um respeito absoluto pelo que distingue cada indivíduo.
 - Deve também desenvolver e reforçar a sua solidariedade externa, ou seja, a imagem do grupo noutros grupos e junto da opinião pública.
- c) Lançar infra-estruturas para o processo participativo
- As capacidades dos membros do grupo serão incentivadas e realçadas, mas também serão disponibilizados locais e horas específicos para exprimir pontos de vista, realizar reuniões e tomar notas.
 - Os membros do grupo deverão definir e desenvolver o que for necessário para criarem um sentimento de orgulho individual e colectivo.
 - Serão procuradas formas de apoio à determinação e ao sentido de vida dos membros do grupo, porque os processos participativos são demorados e os que estão envolvidos sentem-se frustrados porque esperavam resultados mais imediatos.
 - Exige-se que os membros do grupo assumam gradualmente mais responsabilidades individuais e colectivas, isto é, que elaborem agendas para reuniões, façam os preparativos de ordem prática, o acompanhamento, o envolvimento na gestão do orçamento, seleccionem a afectação dos recursos, etc.

- A competência, as qualificações e as capacidades dos membros serão valorizadas e, na medida do possível, validadas pela melhoria do seu estatuto.
- O grupo elaborará uma organização e uma estrutura clara e robusta.
- Os objectivos serão claramente definidos.
- Será disponibilizada ou acessível a formação necessária em todos os domínios: técnicas básicas de literacia, auto-confiança, auto-defesa, tirar notas, conhecimento de instituições políticas e como elas funcionam, conhecimento de ajuda e políticas sociais, assim como os seus métodos e técnicas.
- Os grupos fomentarão a criação de redes ou a adesão a redes existentes.

d) Estratégias de participação e o processo participativo

- As restrições políticas, sociais e económicas, ou seja, o ambiente em que o grupo se encontrará quando empenhado num processo participativo, serão estudadas e analisadas. Assim, por exemplo, as políticas sociais não aderentes e conduzidas sem um processo participativo serão examinadas criticamente na base do que poderia ter sido realizado se tivesse havido participação.
- As pessoas em situação de pobreza terão o cuidado de serem realistas nas suas exigências, tanto nas propostas apresentadas e discutidas com os decisores políticos, como nos prazos em que esperam obter resultados.
- O processo participativo procurará abranger todos os agentes sociais, políticos e administrativos. As pessoas em situação de pobreza analisarão e utilizarão todos os domínios cruzados:
- Uma metodologia essencial consistirá em olhar primeiro para as semelhanças que possam existir entre as pessoas que experimentaram processos de exclusão e as que nunca viveram situações de exclusão (por exemplo, uma semelhança que poderia ser utilizada é que (quase) todas as pessoas têm filhos para os quais desejam um bom futuro); será este o seu método de escolha, do mesmo modo que centram a sua atenção nos aspectos positivos das diferenças e das semelhanças.
- Todas as acções serão cuidadosamente preparadas. Entre outras coisas, as preparações verificarão se o(s) objectivo(s) corresponde(m) aos fins pretendidos.
- No interior dos grupos, as pessoas em situação

de pobreza insistirão em ser envolvidas desde o início do processo participativo, isto é, desde a fase das ideias até à fase de avaliação. Aqui, o diálogo com as autoridades será conduzido de acordo com o modelo desenvolvido e aprovado pelo grupo.

- O diálogo será conduzido ponto por ponto, deixando ao grupo o tempo necessário para rever o que foi dito/decidido em cada encontro.
- O grupo fará prova de criatividade, utilizando métodos novos e não convencionais (por exemplo, participação), ou métodos afirmativos, como fazer-se convidar para eventos importantes ou envolver os decisores políticos em discussões directas, etc., se tais métodos forem considerados adequados à situação. Do mesmo modo, o grupo utilizará estratégias que passem por pôr questões parlamentares ao partido no poder.
- Onde houver projectos em parceria com as autoridades (administrativas e/ou políticas), o grupo assegurará o seu envolvimento na elaboração, gestão e controlo do orçamento.
- Os fluxos de comunicação e de informação entre os grupos e as autoridades serão bidireccionais, fluidos e veiculados numa linguagem clara e simples. A terminologia especializada será traduzida em termos que as pessoas em situação de pobreza possam assimilar gradualmente como sua.
- Todas as oportunidades para entabular um diálogo com os decisores políticos serão exploradas.

1.2. Autoridades e decisores políticos

- Abertura, preparação genuína para a escuta, respeito pelas pessoas em situação de pobreza e o ritmo de acção próprio a cada pessoa são as pedras angulares de qualquer processo participativo. O diálogo também será orientado pela vontade política de melhorar as medidas sociais e o seu impacto nas vidas quotidianas das pessoas em situação de pobreza.
- Estes factores devem ser combinados com o compromisso de compreender e aprender com os testemunhos e as experiências pessoais encontradas.
- As autoridades reconhecerão as competências e qualificações das pessoas em situação de pobreza em assuntos que estas conheçam por os terem vivido/sufrido na pele.

- Não haverá lugar para a discriminação neste diálogo e o intercâmbio basear-se-á num compromisso mútuo a longo prazo, alicerçado em laços de confiança que criam uma estima recíproca.
- Será usada uma linguagem simples e acessível. Serão clarificados os termos técnicos até serem adequadamente compreendidos.
- A comunicação bidireccional será assegurada em todo o processo; garantirá a necessária clareza e fluidez no intercâmbio e assegurará a exploração das interações para obter o melhor efeito possível.

1.3. A sociedade e os potenciais aliados

- Os media deverão ser abordados. Os principais alvos serão os jornais e as revistas, e os programas de televisão e de rádio que produzam um efeito não sensacionalista, capazes de reflectir a imagem que as pessoas em situação de pobreza desejam veicular. Esta parceria requer grupos para estabelecer as bases profissionais e detalhadas que proporcionarão mensagens claras. Ao trabalhar com estas alianças, os grupos ou redes procurarão igualmente manter o processo tão transparente quanto possível desde o início até ao fim do artigo ou do relatório. Também será útil ter contactos com os media que divulguem estereótipos, imagens sensacionalistas exclusivas e simplistas de pessoas em situação de pobreza, no sentido de tentar mudar as imagens que querem veicular.
- Os sindicatos serão abordados e deverão examinar questões do género: como lutar pelo pleno emprego sem saber o que acontece às pessoas que são forçadas a assumir posições que não melhoram a sua situação presente, ou ainda, como garantir a equivalência de qualificações com base na experiência, associada a esquemas de formação inovadores, com formações académicas validadas por qualificações formais?
- Ao estudar certas propostas, os grupos procurarão alianças com especialistas, por exemplo, advogados para projectos que envolvam legislação complexa, urbanistas e arquitectos para planeamento, renovação e alojamento social urbanos ou rurais.
- Os grupos de pessoas em situação de pobreza procurarão alianças potenciais com grupos privados, sejam eles igrejas, associações caritativas, empresas ou instituições académicas.
- As associações de voluntários a favor das pes-

soas em situação de pobreza procurarão aliados quer no interior de redes de que fazem parte, quer contactando outros grupos/redes que lhes possam fornecer o conhecimento e as qualificações de que necessitam.

- A legislação existente é um aliado potencial. As associações de voluntários podem encontrar apoio na legislação que proíbe a discriminação, regula o acesso aos direitos fundamentais, etc. Do mesmo modo, os instrumentos de referência universalmente reconhecidos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as Cartas Europeias, etc., podem ser utilmente invocados.
- O número total de pessoas em situação de pobreza pode servir de base de apoio, na medida em que é um todo organizado e estruturado e representa uma força social reconhecida.
- A disponibilidade de recursos apropriados e poderosos em termos de infra-estrutura, tecnologia, competências humanas e financiamento é primordial.
- As pessoas em situação de pobreza podem recorrer a trabalhadores sociais formados em trabalho de grupo e em métodos de trabalho colaborativo.

1.4 Resultados das abordagens participativas

- A informação útil é eficazmente difundida e chega às pessoas em situação de pobreza, incluindo às que se reúnem em grupos locais muito pequenos.
- As políticas implementadas através de um processo participativo aumentam a eficácia das medidas políticas limitando/eliminando os impactos negativos.
- As qualificações de trabalho em grupo dos trabalhadores sociais envolvidos no diálogo participativo são bem utilizadas; as qualificações saíram beneficiadas e reforçadas com a prática da participação.
- Os valores e os conhecimentos baseados na experiência das pessoas em situação de pobreza estão a ter (melhor) reconhecimento: os estereótipos vão desaparecendo gradualmente e emerge a imagem real (mais) positiva das pessoas em situação de pobreza.
- Surgem ligações claras entre políticas segmentadas: as esferas económicas, financeiras, fiscais, agrícolas e sociais estão interligadas e esta ligação conduz a uma nova fase de trabalho orientada para a realização de coerência para o

bem-estar de toda a sociedade. Este processo poderia (talvez) também preparar o caminho para um uso mais eficiente de todos os recursos.

2. Factores que dificultam o processo participativo

2.1. Grupos e associações

- A vergonha que sentem algumas pessoas vítimas da pobreza, devido à sua situação e/ou a elas próprias, é um obstáculo de peso ao primeiro passo para a participação: estender a mão aos outros.
- A inexistência, ou quase, de valores partilhados, de pontos de referências, de objectivos e de métodos são factores que enfraquecem um grupo.
- Analogamente, demasiada flutuação e/ou rotatividade das pessoas envolvidas ou em torno de um grupo prejudica-o, comprometendo as actividades e a continuidade a longo prazo, o que é essencial a qualquer processo de participação.
- A sociedade rural ou suburbana, a dispersão geográfica e o isolamento das pessoas em situação de pobreza constituem obstáculos técnicos importantes à formação do grupo.
- Grupos onde...
 - * falta tempo e/ou meios para forjar ligações com outros grupos/redes
 - * os recursos são aplicados acima de tudo à ajuda “hierarquizada” e a assistência terão grandes dificuldades em fomentar a participação.
- As pessoas em situação de pobreza envolvidas em grupos muito pequenos e de nível puramente comunitário têm muita dificuldade de acesso à informação directamente utilizável ou ao reconhecimento como representantes dos seus grupos e das suas preocupações.

2.2 Autoridades e decisores políticos

Os decisores políticos não poderão apresentar e defender um processo de participação se:

- Se mantiverem fiéis às regras de mercado e de produtividade, realçando demasiado os objectivos económicos
- Recearem o potencial recuo eleitoral das medidas que se destinam a solucionar problemas de pobreza e de exclusão social;
- Forem tão longe que acabem por negar a existên-

tência da pobreza;

- Consentirem em atitudes e/ou medidas discriminatórias;
- Apoiarem medidas e esquemas a curto prazo;
- Entravarem as estruturas e o funcionamento adequado de políticas públicas;
- Negarem a relação entre esferas políticas distintas e os seus impactos negativos sobre as pessoas em situação de pobreza;
- Virem o acesso ao emprego e/ou habitação como fins em si mesmos e como prova conclusiva de que (todos) os problemas das pessoas em situação de pobreza ficam resolvidos com este a resolução destes problemas;
- Centrarem a sua atenção apenas em medidas de emprego básicas, específicas e a curto prazo para levar as pessoas a retomarem o mercado do trabalho.

2.3 A sociedade e outros agentes

Uma sociedade não está em posição de operar uma mudança positiva no dia-a-dia das pessoas em situação de pobreza, negando-lhes o estatuto de seres humanos, se:

- * Não reconhecer que a pobreza existe;
- * Estigmatizar automaticamente as pessoas em situação de pobreza;
- * Perdoar ou encorajar a discriminação;
- * Pensar e agir assim por medo à diferença;
- * Não proporcionar um ambiente no qual os grupos e as pessoas em situação de pobreza tenham a oportunidade de melhorar o seu dia-a-dia
- * Aceitar como normal (ou fechar os olhos a):
 - À penúria crescente e recorrente de trabalhos estáveis e remunerados decentemente;
 - À falta de habitações decente e a preços acessíveis;
 - A todas as decisões de não-direito: falta de acesso a cuidados de saúde, a direitos legislativos, etc.;
 - À perpetuação de condições de vida desumanas e escandalosas.

É improvável que os sindicatos sejam receptivos a formar uma aliança com pessoas em situação de pobreza e respectivos grupos se:

- * Se sentirem apenas envolvidos com as pessoas que trabalham;
- * Não abrirem as suas estruturas aos desempregados;
- * Não puderem alinhar com a ideia de que o

conhecimento vivido da pobreza ligado a esquemas de formação inovadores deverá garantir o reconhecimento na mesma base que as qualificações educativas formais.

As igrejas e associações caritativas não podem ser aliadas se:

- * Desejarem limitar as suas actividades a distribuir ajuda e assistência
- * Não envolverem as pessoas em situação de pobreza nas suas estruturas
- * Derem a impressão de incluir as pessoas em situação de pobreza, mas não lhes derem realmente a possibilidade de partilhar as responsabilidades e o poder de decisão.

Os investigadores académicos entravarão as melhorias se:

- * Não houver abertura e clareza nos seus estudos;
- * Recusarem divulgar a informação (por exemplo, quem a encomendou, os seus objectivos, a utilização dos resultados);
- * Não tratarem as pessoas em situação de pobreza com dignidade e respeito na forma como executam a investigação.

Rumo ao Terceiro Encontro Europeu das Pessoas em Situação de Pobreza

Ao olhar para o futuro e para um possível terceiro encontro europeu das pessoas em situação de pobreza, considerou-se necessário abordar as seguintes questões:

- Quais deveriam ser os principais tipos de objectivos?
 - * Uma simples reunião entre as pessoas em situação de pobreza;
 - * Uma reunião entre as pessoas em situação de pobreza com os trabalhadores sociais;
 - * Um impulso para a mudança política;
 - * Um acontecimento mediático simbólico.
- Qual é a melhor maneira de preparar o Terceiro Encontro?
 - * No seio de redes, com os participantes;
 - * Entre as redes e a organização central.
- Como combinar continuidade (os mesmos participantes de regresso) com a possibilidade de dar uma hipótese a novos participantes?
- Como fazer para que os participantes tenham todos o mesmo nível?
- Como escolher o(s) tópico(s) utilizando o Primeiro e Segundo Encontros como ferramentas e elementos de base?
- Como desenvolver/reforçar a solidariedade entre pessoas com vivências da pobreza diferentes neste tipo de encontro?

Anexo I

Mensagem da Presidência Grega ao Conselho de Ministros, Junho de 2003

Na sequência deste encontro, a Presidência Grega enviou a seguinte mensagem ao Conselho Europeu de Ministros, em Junho de 2003:

“Para se conseguir promover a participação das pessoas em situação de pobreza:

1. O problema diário da sobrevivência tem de ser ultrapassado; por outras palavras, todos (pessoas pobres) devem ter acesso aos seus direitos e a um padrão de vida que permita a reflexão. As necessidades básicas devem ser satisfeitas antes de se iniciar a participação.
2. Deve haver uma boa comunicação entre os responsáveis e os cidadãos. A informação deve ser clara e transparente e capaz de chegar a todos.
3. Deve haver recursos suficientes (apoio financeiro, tecnológico e humano) que permitam e sustentem a participação. Estes recursos darão apoio às associações que trabalhem com pessoas em situação de pobreza. Deve ser dado apoio contínuo e a longo prazo a determinados projectos, particularmente a projectos de reintegração profissional com um suporte sustentado que garanta emprego estável na realização do percurso de reintegração.
4. É necessário envolver as pessoas em situação de pobreza logo que as ideias sejam lançadas e até as políticas serem avaliadas. Essa avaliação exige critérios de qualidade claros. Este procedimento deve ser incluído nos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão.
5. Deve ser prevista a participação das pessoas em situação de pobreza quando se elaboram medidas sociais, particularmente neste momento em que as estruturas europeias estão em fase de mudança.
6. Os actuais procedimentos de avaliação dos PNAIs devem ser intensificados, tanto a nível dos indicadores quantitativos como qualitativos.
7. Cada Estado-Membro deve dar apoio suficiente ao estabelecimento/reforço de redes (locais, temáticas, transversais, urbanas, rurais, etc.) onde estejam representadas as pessoas em situação de pobreza e suas organizações.
8. No intuito de dar mais coesão às medidas sociais, está a ser reforçada a complementaridade entre os PNAIs e o Emprego.

Na sequência do Terceiro Encontro Europeu das Pessoas em Situação de Pobreza, a Presidência Grega propõe que:

Os Estados-Membros intensifiquem os seus esforços para fomentar a participação, a todos os níveis das pessoas em situação de pobreza e desenvolver redes estruturais.

Os Estados-Membros e a Comissão adoptem planos para reforçar o envolvimento das pessoas em situação de pobreza em geral e o desenvolvimento dos PNAIs em particular.

A Comissão Europeia e as sucessivas Presidências Europeias apresentem propostas para organizar este tipo de reuniões, no âmbito do programa de trabalho anual (como as Mesas Redondas anuais).”

Anexo II – Lista dos participantes

AUSTRIA

Mr KOHLER Dietmar
Dr. Hanswenzlgasse 8
1230 WIEN
FAX 00 43 16991168
ibd.koehler@utanet.at

Mr JUDENDORFER Gottfried
Homeless people Street Paper
Hagenm, llergasse 34/601
1030 VIENNA
FAX 00 43 1402694419
eugen.bierling-wagner@armutkonferenz.at

BELGIUM

Mrs D'HOOGHE Els
De Keeting
Kroonstraat 64-66
2800 MECHELEN
00 32 15270925
els.dekeeting@belgacom.net

Mr SARENS Flor
De Keeting
Kremerslei 24 bus 3
2570 DUFFEL
els.dekeeting@belgacom.net

Mme MUSABEYZOU Winny
Fondation Espoir d'Afrique
Stertveld, 8
1654 HUIZINGEN
00 32 264897 63
vzwfedasbl@belgacom.net

Mr NAHIMANA Eugène Clément
Fondation Espoir d'Afrique
chaussée de Nivelles 794
1500 HALLE
00 32 26489763
vzwfedasbl@belgacom.net

Mr RUCEKERI Innocent
Fondation Espoir d'Afrique
place de la Gare 1
1082 BRUXELLES
FAX 00 32 26489763
fedahalle@yahoo.fr

Mrs RIGAUX Christine
Réseau Belge de EAPN
214 rue Osseghem
1080 BRUXELLES
chrigaux@hotmail.com

Mr UTUMBA ODIMULA Kafua
Union des Locataires des Marolles
rue de la Prévoyance 56
1000 BRUXELLES
00 32 25032792

Mrs CHAINAYE Marie-Claude
Solidarités Nouvelles
Rue Léopold, 36 A
6000 CHARLEROI
FAX 00 3271 30 69 50
marie-claude.chainaye@belgacom.net

Mrs HAID Martine
Solidarités Nouvelles
Rue Léopold, 36 A
6000 CHARLEROI
FAX 00 3271 30 69 50
solidarites.charleroi@brutele.be

Mr LIMAN Sliman
Solidarités Nouvelles
Rue Léopold, 36 A
6000 CHARLEROI
FAX 00 3271 30 69 50
solidarites.charleroi@brutele.be

DENMARK

Mrs HAMMER Lis
Koføeds Skole
Tagensvej, 29
2200 N COPENHAGEN

Mrs SINGERTAT Maria
Koføeds Skole
Sundevedsgade 19
1751 COPENHAGEN

Mrs LARSEN Karin
Koføeds Skole
Schoutgarden 32
1791 DRAGOR
FAX 00 45 32956217
karinl@koføedsskole.dk

Mr JENSEN Viggo Steen
SAND
Bregnevej 7,5 LE 12
5220 ODENSE SO
steenviggo@msn.com

Mr RUDOLF Ole
SAND
Jernaldervej 221A ITV Lej 3535
8210 AARHUS V
naerudvalget_aarhusamt@yahoo.dk

Mr POHLE Ewald
SAND
Marstrup Mirmevej 31
6100 MADERSLEV
hnohhen@mail.tele.dk

FINLAND

Ms PULLI Maija
EAPN Fin
Riitasuontie 19
25330 KUUSJOKI
maija.pulli@kuusjoki.salonseutu.fi

Ms SUNDELL Natalia
Association for unemployed people in HLM
Rekolantie 2B 14
13210 HAMEENLINNA
natalia.sundell@jippii.fi

Mr HEINONEN Ahti
TVY ry
Asemantie 5 K 8
33470 YLOJARVI
ytry@saunalahti.fi

Ms JUSTANDER Pirkko
Finnish association of people with mobile disabilities
Juhana herittuatie 4 B39
00600 HELSINKI
00 35801461443
pirkko.j@luukku.com

FRANCE

Ms LONGELIN Bénédicte
Foyer d'Accueil Chartrain
12 Rue Hubert Latham
28003 CHARTRES
fac28@wanadoo.fr

Mr CHERI BIANDA Magloire
FOYER Vers l'Avenir
337 Chemin Martin
42153 RIORGES - ROANNE
magcheri@yahoo.fr

Mr ORVANE Alain
Association Martine Bernard
44 Rue du Pont Neuf
59000 LILLE
asso.martine-bernard@nordnet.fr

Ms MOULAOUI Nassera
ARGOF
21 Av.Général Michel Bizot
75012 PARIS
FAX 00 33 1 44757619

Ms DUPREZ Christine
Association Martine Bernard
642 Bois d'Achelles
59910 BONDUES
christine.duprez@wanadoo.fr

Ms LORPHELIN Catherine
FAFNIR
Le Clos Masure
76210 BOLLEVILLE
fafnir@ecosolidaire.org

Ms LEBORGNE Isabelle
AIPIES
4 bis Place Félix Faure
76210 BOLBEC
FAX 00 33 235318621
aipies@ecosolidaire.org

GERMANY

Mr BOEHLKE Klaus Guenther
Komplexbrigade Muehsam
Mueggelstr.27
10247 BERLIN
FAX 00 49302946306
netz-sozialberatung@gmx.net

Ms GEHRKE Marlis
Mob E.V.
Gothaer str. 17
12629 BERLIN
FAX 00 49 309953811
netz-sozialberatung@gmx.net

Mrs WALTHER Beate
Liesegangstr. 21
47533 KLEVE
walther_kleve@yahoo.de

Ms BIEHN Erika
EAPN Germany
Cappelto 12
59555 LIPPSTADT
00 49294178930
bagshi.erika@web.de

SCHROTER Jens E. Mr
EAPN Germany
Kastanienstr. 63
28215 BREMEN
j.schroeter@agab.de

Mrs THUERAUF Andrea
Homburger Landstr 865
60437 FRANKFURT MAIN
falz-@t-online.de

Mrs KRAMER Imme
Niederurseler landstr. 24
60439 FRANKFURT
BAGSHIBeratung@aol.com

Mr WALTER Oliver
Andreasstr.4
67547 WORMS
oliver336@t-online.de

Mr RATHMER Otger

GREECE

Ms DIMOPOULOU Eleni
Social Work Foundation
Irodotou 1
Gr-144 51 METAMORPHOSIS, Attica
FAX 302 102 825 053
equalike@otenet.gr

Ms DIALINA Eleni
Social Work Foundation
Irodotou 1
Gr-144 51 METAMORPHOSIS, Attica
FAX 302 102 825 053
equalike@otenet.gr

Ms ZACHARA Eirini
Social Work Foundation
Irodotou 1
Gr-144 51 METAMORPHOSIS, Attica
FAX 302 102 825 053
equalike@otenet.gr

IRELAND

Mr KEOGHAN Damien
Lourdes Youth & Community Service
lr.Sean MacDermottstreet
I-1 DUBLIN
FAX 353 498 556 445
lycs@eircom.net

Mr SMITH Martin
Irish Rural Link
Hammondstown, Castl
epollard, Co. WESTMEAT

Ms DONOGHUE Ann-Margaret
Clondalkin Travellers Development Agency

Ms DONOGHUE Kathleen
Clondalkin Travellers Development Agency

Mr MORAN John
Irish Rural Link
Gorteen, Tubber, Moate, Co. OFFALY
moranfamily@oceanfree.net

Ms MCGAUGHREN Martina
87 Dolphin House, Rialto
DUBLIN 8 IRL

ITALY

Mme ALUISI PAOLA
CILAP (Casa dei Diritti Sociali)
Via Gaspare Gozzi 161
00145 ROME
paolaalu@hotmail.com

PERRATONE Guido
CILAP (EMMAUS)
C/o Emmaus Via Casale de Merode 8
00147 ROME

Mr SPASIANO Guiseppe
CILAP (EMMAUS)
C/o Emmaus Via Casale de Merode 8
00147 ROME

Mrs GRAZIOLI Rosa
CILAP (EMMAUS)
C/o Emmaus Via Casale de Merode 8
00147 ROME
mmausroma@hotmail.com

Mr CIACCIO Fabio
C/o Casa Famiglia Focus Via Sanno 64
00183 ROME

Mr CELA Shefqet
CILAP (Casa dei Diritti Sociali)
Via Paolo V 78
00183 ROME

Mr DI GERONIMO Michele
CILAP (Casa dei Diritti Sociali)
Via Ettore Paladini 75
00149 ROME
m.digeronimo@tiscali.it

Mr PARATO Michele
CILAP (EMMAUS)
Via Masolino Piccolo 8/10
44040 S. NICOLO

Mrs SEDAT Sybille
Via Catena 7
TREVIGNANO ROMANO

NETHERLANDS

Mrs SMEEKES Alida
EAPN
Ingelandenstraat823
1382 CS WEESP
FAX 00 31294416107
salida@zonnet.nl

Mrs YTSMA W
ATD 4de wereld
ingrid.hutter@hetnet.nl

Mr LINDEBOOM C.L
EAPN Rijnstraat 10
1972 VG YMUIDEN

Mrs van der VLIET Anke
Vrouwen e/ Bijst EAPN
Olympiaweg 117
1076VW AMSTERDAM

Mrs HUYBERTS Anja
EAPN
Venkel 5 5491 KZ ST ODENRODE

Mr DE KONING Rien
EAPN
Venkel 5 5491 KZ ST ODENRODE

PORTUGAL

Mr MARTINHO Fernando
EAPN Portugal (Coimbra)
Rua Dr. Paulo Quintela, Lote 5 - 4[C
3030-393 COIMBRA
fmartinho@sapo.pt

Mrs RIBEIRO Maria Fernanda
EAPN Portugal (Coimbra)
Urbanizaçao Enconsta do Sol, Lote 6, R/c Esq.
3130-255 SOURE

Mr RIBEIRO Ant nio Manuel
EAPN Portugal (Braga)
Lugar de Real - Seramil
4720 AMARES

Mr ANTUNES, José Luís
EAPN Portugal (Porto)
Praça Guilherme Gomes Fernandes, 45 - 4J
4050 PORTO

SPAIN

Mr HERNANDEZ JIMENEZ Ricardo
Asosiacion Gaz Kalo Merindad de Sanguesa 10,
entrep. Der
Es-31600 BURLADA
FAX 34 948 071 312
gazkalo@retena.net

Mr TAPIADOR MALAGON Miguel
Ayuntamiento de Miguel Turra
Irlanda n 24 Es-13170 MIGUELTURRA
FAX 34 926 241 015
tsocial@navegalia.com

Mrs BANOU Rabia
Red Andaluzia
C/Sevilla n 8-7 11
Es-29009 MALAGA
FAX 34 952 39 32 00
malaga@acoge.org

Mr AL GOUCH Nourdin
Red Andaluzia
C/Sevilla n 8-7 11
Es-29009 MALAGA
FAX 34 952 39 32 00
malaga@acoge.org

Mr VIRELLA SANCHEZ Juan Pedro
Red Andaluzia
Parque las Naciones, 31. 1º Izquierda
Es-41008 SEVILLA
FAX 34 954 90 07 73
jpvirella@teleline.es

Ms PAGADOR PECO Carmen
Ayuntamiento de Miguel Turra
Irlanda nº24 Es-13170 MIGUELTURRA
FAX 34 926 241 015
tsocial@navegalia.com

Mrs GALLARDO GARCIA-SAAVEDRA
Maria Luisa
Ayuntamiento de Miguel Turra
Plaza Mariana Pineda 1-8-A
Es-13500 CIUDAD REAL
FAX 34 926 24 10 15
luisargueton@navegalia.com

Ms SERRANO CARRASCOSA Ana Belen
EAPN CLM Santa Leocadia nº5-1º B
45002 TOLEDO
FAX 34925257921
eapn.clm@retemail.es

Mr SEGOVIA BERROGUI David
EAPN-CLM
C/Joan de Goienetxe nº4, 3B
31014 PAMPLONA
FAX 34 948211858
lamajari@pangea.org

UNITED KINGDOM

Ms GALASHAN Dawn
31 Marquis Road, Woodside AB242QY
ABERDEEN UK
dawn_galashan@btconnect.com

Mr HARVEY Jim
Poverty Alliance/CAP Network Scotland
25 Valleyfield Street
G214DH GLASGOW SCOTLAND
FAX 00 1413530686

Mrs OXLADE Dale
APNAC
Lalbion flats Cilfynydd Rd Portypridd
CL37 4NJ WALES

Mr KELLY Peter
Poverty Alliance 162 Buchanan Street
G1 2LL GLASGOW SCOTLAND
FAX 00 1413530686
peter.kelly@povertyalliance.org

Ms STANLEY Moira
31 Parc Alun Mold
CH71LQ FLINTSHIRE WALES

SWEDEN

Mrs JOHNSON Gith
KRIS -Criminals Return In Society)
Bondegatan 9A
11623 STOCKHOLM
FAX 00 4686432960
githj@hotmail.com

Mr SIGURD Björn
Box 151
17822 EKERO STOCKHOLM
bjornsigurd@hotmailm.com

Mr LONEGREN Philip
EAPN
Lindhagensgatan 59
S-11243 STOCKHOLM
philiplonegren@chello.se

Mr BOHLIN Östen
VAGA VARNA VARANDRA
Karlavägen 27
S-11431 STOCKHOLM
FAX 4686117326

Mr HELLGREN Bo
KIC-Kooperativ IdéCentrum
Box 9037
S-12609 HAGESTEN
FAX 08-447 48 19
bo@kic.se

Mr SAMUELSON Rolf
RSMH
Ferlingsgatan 73
S75428 UPPSALA
rolf.samuelson@telia.com

POLAND

Mr ZARZYCKI Wojciech
BARKA foundation for mutual help
os. Powstancow Narodowych 31/4

61215 POZNAN
FAX 00 48618516678
wzarzycki@barka.org.pl

Mr MAJ Krzysztof
BARKA foundation for mutual help
11 listopada 128D/C3
62031 LUBON
FAX 00 48618516678
kmaj@barka.org.pl

BULGARY

Mr MINEV Douhomir
PERSPEKT
159 Rakovski Str. 1000 SOFIA
FAX 00 35929885448
perspekt@tradel.net

Mrs JELIAZKOVA Maria
PERSPEKT
159 Rakovski Str. 1000 SOFIA
FAX 00 35929885448
perspekt@tradel.net

HUNGARY

Mr GYORI Peter
Shelter Foundation
Szentkiralyi Utca 22-24
H-1088 BUDAPEST
FAX 00 3613203097
gyori_peter@yahoo.com

LATVIA

MsCIMDINA Ilva
NGO Centre LATVIA
Lacplesa 52/54-22
LV-1011 RIGA
FAX 00 371-7289227
ilva@ngo.org.lv

TEAMS

Ms De BOE Françoise
Service Pauvreté
Rue de la Loi, 150
1040 BRUXELLES
francoise.deboe@antiracisme.be

Ms GORIS Josée
Cellule Pauvreté
Anspachlaan, 1
1000 BRUSSEL
josee.goris@minsoc.fed.be

Mrs MOLINGHEN Sophie
Cellule Pauvreté
Bd. Anspach, 1
1000 BRUXELLES
sophie.molinghen@minsoc.fed.be

Ms KENNINGHAM Sarah
ATD Quart Monde
Av.Victor Jacobs 12
1040 BRUXELLES
sarah.kenningham@tiscalib.be

Mr TERMOTE Henk
Steunpunt Armoedebestrijding
Rue de la Loi, 150
1040 BRUXELLES
henk.termote@antiracisme.be

Ms DIERCKX Danielle
UFSIA
Prinsstraat 13
2000 ANTWERPEN
FAX 032-3-220 46 36
danielle.dierckx@ufsia.ac.be

Ms NOLMANS Cynthia
EAPN
Rue du Congrès 37-41/2
1000 BRUXELLES
cynthia.nolmans@eapn.skynet.be

Mr DRAPIER Geoffroy
Comité des Marolles
Rue de la Prévoyance, 56
1000 BRUXELLES
cgam@wanadoo.be

Ms HERMANS Marja
Welzijnszorg
Huidevetterstraat, 165
1000 BRUSSEL
marjahermans@welzijnszorg.be

Ms MORAS Diane
APGA
apga.moras@antwerpen.be

Ms GIEDTS Sofie
FLORA
Vooruitgangstraat 333/8
1030 BRUSSEL
sofiegiedts@florainfo.be

Ms ROTTIERS Julia
FLORA
Vooruitgangstraat 333/8
1030 BRUSSEL
julia@florainfo.be

Mr HOREMANS Mathias
Mr & ms HOREMANS Ludo & Ingrid
EAPN
Rue du Congrès 37-41/2
1000 BRUXELLES
ludo.horemans@antwerpen.be

Mr FARRELL Fintan
EAPN
Rue du Congrès 37-41/2
1000 BRUXELLES
fintan.farrell@eapn.skynet.be
Mr VEREECKEN Léopold
Forum Belge de lutte c/pauvreté
Rue Alphonse Renard, 86/7
1180 BRUXELLES
leopold.vereecken@skynet.be

Ms GERONDAL Micheline
EAPN
Rue du Congrès 37-41/2
1000 BRUXELLES
micheline.gerondal@skynet.be

Mrs HUBERT Cécile
Grandes Villes
Bd. Anspach, 1
1000 BRUXELLES
cecile.hubert@minsoc.fed.be

Mrs JANSEN Carine
Ministère Région Wallonne-
Intégration sociale
Rue des Masuis jambois, 5
B-5100 JAMBES
FAX 032/81-32 84 79
c.jansen@mrw.wallonie.be

Ms FONSECA Clara
EAPN
Rue du Congrès 37-41/2
1000 BRUXELLES
clara.fonseca@eapn.skynet.be

Mr VAN HUMBEECK Patrik

Ms MAES Kris

AUTHORITIES

Mr REPPAS Dimitros
Ministre du Travail et de la Sécurité Sociale -
Présidence grecque de l'Union Européenne

Mr VANDE LANOTTE Johan
Vice 1er Ministre et Ministre du budget, de l'in-
tégration sociale et de l'Economie sociale Belge

Mr VANDENBUSSCHE Johan
Cabinet Vande Lanotte
Authorities

Mrs NEELS Ann
Chef de Cabinet Social Integration Belgian Vice
Premier Minister of Budget, Social Integation
and Social Economy

Mr ANGELIDIS Angelos
Attaché aux affaires Sociales de la représentation
permanente Grecque

CHAIRMAN

Mr NICAISE Ides
Pdt.Comité de Gestion Service Pauvreté
Van Evenstraat 2E
3000 LEUVEN
016 32 33 37 016 32 33 44
ides.nicaise@hiva.kuleuven.ac.be

VISITORS

LOUIS Etienne
LEONORI Luigi

